



SÁBADO, 13 de Abril de 2024

1/8



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2023

Os Administradores da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("MGS"; "Companhia") apresentam o Relatório da Administração sobre os negócios da Companhia, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, juntamente com as demonstrações contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes.

IDENTIFICAÇÃO

Nome completo e sigla

MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.

CNPJ 33.224.254/0001-42

Natureza jurídica

Empresa Pública

Endereço

Sede: Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 6º, 12º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.170-000

Endereço Web

www.mgs.srv.br

Perfil

A MGS, estatal mineira de grande porte e capital fechado, tem uma trajetória de 70 anos oferecendo soluções em *facilities*. Fundada em 18 de janeiro de 1954, a Companhia expandiu sua atuação ao longo do tempo, sendo reconhecida como empresa pública conforme os dispositivos dos artigos 125 a 129 da Lei Estadual nº 11.406/1994 e suas modificações subsequentes. Com base no artigo 184 da Lei Estadual nº 22.257/2016, sua área de atuação foi ampliada, resultando, desde então, em um notável crescimento.

No decorrer do ano de 2023, a Companhia passou por uma reestruturação organizacional realizada com o intuito de aprimorar a proximidade e o atendimento aos clientes, bem como fortalecer a eficiência na prestação de serviços. Como parte desse processo, foram criadas Diretorias de Unidade de Negócio, possibilitando uma abordagem segmentada e personalizada no atendimento aos clientes. Este modelo visa proporcionar maior flexibilidade e agilidade em adaptação às necessidades específicas de cada segmento de mercado em que a MGS atua.

Destaque também para a assinatura de contrato de prestação de serviços com o Governo do Espírito Santo. Esta expansão territorial representa um passo significativo para a Companhia, indicando não apenas crescimento, mas um compromisso renovado com a excelência no serviço. A partir de fevereiro de 2024, estaremos presentes em 17 municípios do Estado do Espírito Santo (ES), consolidando nossa presença em região estratégica e promissora.

Pelo quarto ano consecutivo, a Companhia apresentou resultados financeiros consistentes ilustrados pelo faturamento de R\$ 1,6 bilhão e EBITDA de R\$ 85,3 milhões. Além disso, alcançou a marca de 29.500 empregados e se firma como uma das maiores companhias prestadoras de serviços em *facilities* do Brasil.

Compartilhar as últimas inovações e melhorias implementadas na MGS faz parte do compromisso constante da Companhia em evoluir e oferecer serviços que não apenas atendam, mas ultrapassem as expectativas dos clientes. Estes resultados são parte de uma história de comprometimento de milhares de empregados que estão alinhados com a missão, visão e os valores da MGS.

Governança e Compliance

Em 2023, a MGS aderiu à Política Mineira de Promoção a Integridade (PMPI), instituiu Comissão de Integridade, composta por um time multidisciplinar responsável por formular e monitorar o seu Programa de Integridade, com o objetivo de fortalecer e estimular o caminho da ética e da integridade, adotar medidas de prevenção, detecção e tratamento de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades e de outros desvios éticos e de conduta, bem como aprimorar e consolidar os mecanismos de controle.

Planejamento Estratégico

O Planejamento estratégico, ao longo do exercício de 2023, dedicou-se especialmente no planejamento, execução e acompanhamento da implantação das Unidades de Negócio. Desde o estabelecimento de objetivos e metas claras, passando por mapeamento de processos e a criação e melhorias de ferramentas tecnológicas que auxiliaram as

unidades em suas rotinas. Fluxos de trabalho das movimentações de empregados, ferramentas de admissão digital e o gerenciamento de projetos estratégicos trouxeram agilidade e otimizações significativas na *performance* operacional da Companhia.

As Unidades de Negócio objetivam maior aproximação das frentes de serviços para tempestivo e assertivo atendimento às necessidades dos clientes. Ainda em 2023, foi criada a Unidade de Negócio para atendimento ao contrato celebrado com o Governo do Espírito Santo. Essa operação, que marcará o avanço da atuação da MGS para além das fronteiras do Estado de Minas Gerais, ilustra a importância da movimentação organizacional realizada pela MGS.

Operações e Serviços

Em 2023, foram incorporados mais de 1.000 postos nas frentes de serviços e fortalecidos os processos de provimento e movimentação de empregados. Destaque para a "mesa de operações automatizada" que propicia agilidade e uma gestão tempestiva no atendimento aos clientes. Ao longo do ano foram recebidas cerca de 60 mil solicitações de substituições temporárias, dadas as lacunas ocasionadas por férias e absenteísmo, além de aproximadamente 6 mil pedidos para reposição de empregados, fruto do *turnover* e abertura de novas vagas, nos mais de 3 mil pontos de operação distribuídos em 203 municípios. A *performance* operacional, que mede a efetividade no atendimento dessas solicitações, considerando tempo e período de preenchimento, foi de aproximadamente 95%. Esse resultado demonstra a evolução das ferramentas de controle advindas, em grande parte, do avanço da mesa de operações, além do comprometimento e capacitação da equipe de operações.

No que tange a implantação de tecnologia, elucida-se a incorporação de máquinas e equipamentos de limpeza, e também a utilização de drones na execução de serviços em altura, no planejamento, dimensionamento, diagnóstico, dentre outras importantes atividades relativas à prestação de serviços. O serviço de portaria e vigilância remota também avançou e, inclusive, os imóveis utilizados pela MGS em seus negócios já usufruem dessa importante solução.

Desempenho Econômico e Financeiro

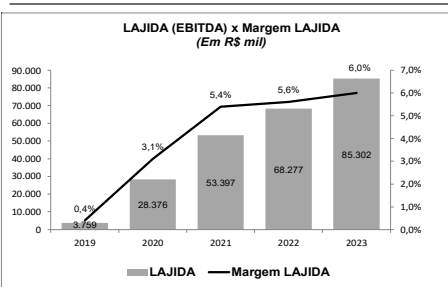
A MGS alcançou pelo quarto ano consecutivo, o seu melhor resultado histórico, com faturamento anual de R\$ 1.647.488 e margem de lucro bruto de 12,6%.

A margem do LAJIDA passou de 5,6% para 6,0% quando comparada com 2022. O LAJIDA (*EBITDA*) aumentou em 24,9%, alcançando R\$ 85,3 milhões.

Descrição	2023	2022	2021	2020	2019
Lucro líquido do exercício	70.535	60.437	46.048	22.885	501
Margem líquida	4,9%	5,0%	4,6%	2,5%	0,1%
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	27.790	25.381	13.956	5.824	1.866
(-) Resultado financeiro positivo	(18.011)	(19.076)	(8.458)	(1.493)	(877)
(+) Depreciação e amortização (*)	4.988	1.535	1.851	1.160	2.269
(=) LAJIDA (*)	85.302	68.277	53.397	28.376	3.759
Receita operacional líquida	1.425.901	1.208.780	991.228	917.691	899.588
Margem LAJIDA	6,0%	5,6%	5,4%	3,1%	0,4%

(1) LAJIDA (*EBITDA*) é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações contábeis, conforme a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, além da depreciação e amortização. A MGS divulga o LAJIDA como medida do seu desempenho, mas este não deve ser considerado isoladamente, como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, ou como um indicador para medir a liquidez da Companhia.

(2) A Companhia adotou, em 2023, a norma *IFRS* 16/CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos envolvidos em contratos de arrendamento mercantil, com prazos superiores a 1 ano. Portanto, nos exercícios de 2019 e 2020 não estão contempladas as depreciações provenientes de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos alugados e os juros dos arrendamentos, visto que as despesas dos contratos de aluguéis foram reconhecidas como despesas gerais e administrativas.



Custos e Despesas (Overhead)

Os custos dos serviços prestados, quando comparados a 2022, tiveram crescimento de 19,0%, totalizando R\$ 1.246.670 em 2023 (R\$ 1.047.074 em 2022).

Na mesma direção, mas em proporção inferior, as despesas (*overhead*), que englobam despesas com pessoal, gerais e

A MGS continua sua busca contínua para incorporar tecnologia nas frentes de serviços. Com a inserção de máquinas e equipamentos, readequação dos processos da operação e ampliação do portfólio de serviços ofertados espera-se que seja alavancado círculo virtuoso de benefícios aos empregados e clientes.

Gestão de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Pessoas

Foram realizados 7 Processos Seletivos Públicos Simplificados em 176 municípios de Minas Gerais com oferta de 1.587 vagas, além do cadastro de reserva. Considerando as demandas de contratos e o *turnover*, a MGS realizou a contratação de 5.997 empregados.

O desenvolvimento e a capacitação dos empregados são prioridade para a MGS. A Companhia continua ampliando os cursos ofertados na plataforma de Educação à Distância (EAD) e presenciais. A plataforma de treinamento on-line, o MGS Educa, foi utilizada para a capacitação de todos os quase 30 mil empregados. Foram 482.410 horas de treinamentos realizados, desde o início da sua implantação. Em 2023, a Companhia também capacitou mais de 15.000 empregados em cursos presenciais.

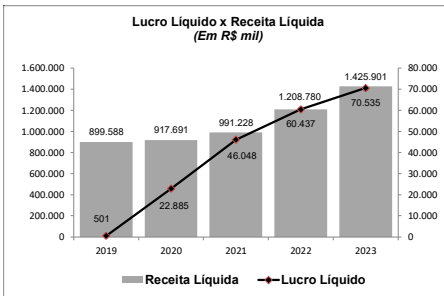
Quanto a Saúde e Segurança, ao longo de 2023, com a implantação das Unidades de Negócios, foi elaborado um plano para disseminar as diretrizes de saúde e segurança do trabalho, adaptando-se ao novo modelo matricial de liderança e fortalecendo o sistema integrado de gestão.

Jurídico

A MGS doravante o incremento de mais de 1.000 empregados nas frentes de trabalho, em 2023, alcançou redução de 6% no total de processos trabalhistas em andamento contra a MGS. Atuou fortemente na capacitação e prevenção legal, com empoderamento técnico das lideranças, em especial treinamento sobre relações trabalhistas, *compliance* e compras públicas. Dentre as ações de mitigação do passivo, estão a identificação e tratamento das causas raízes relativas a ações de insalubridade, periculosidade, isonomia e equiparação de salários, horas extras, além de adoção de teses específicas e inovadoras nos processos judiciais.

Lucro Líquido

A MGS encerrou o ano com um lucro líquido recorde de R\$ 70.535 com crescimento de 16,7% em relação a 2022 (R\$ 60.437).



Destinação do Resultado

A destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 70.535, se deu da seguinte forma:

- R\$ 3.527 sejam mantidos no Patrimônio Líquido para constituição da Reserva Legal obrigatória (5%), conforme estabelecido na Lei Federal nº 6.404/1976;
- R\$ 67.008 sejam destinados para distribuição de dividendos aos Acionistas, equivalente a 100% do lucro líquido do exercício após as deduções legais, a serem pagos em 2024, sendo:

- R\$ 12.308 declarados a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e imputados aos dividendos, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 30 de novembro de 2023. O valor do JCP líquido do imposto de renda retido na fonte corresponde a R\$ 12.302;
- R\$ 54.706 como dividendos complementares.

Para os próximos exercícios, a proposta dos Administradores compreenderá a continuidade na constituição de Reservas de Contingências objetivando lastrear futuros passivos com rescisões, tendo em vista o descasamento temporal entre receitas e custos dessa natureza.



Esse movimento converge com os anseios de saúde e autonomia financeira em prol de perenidade e da busca contínua por prover soluções de *facilities* aos clientes com eficiência e sustentabilidade.

Perspectivas e Desafios

Ao longo de sete décadas, a MGS tem trilhado um caminho de constante evolução em seus processos, sempre buscando superar expectativas e adaptar-se às transformações do ambiente de *facilities*, em sintonia com as demandas dos clientes. Os resultados financeiros sólidos e a readequação de sua estrutura organizacional, serviços e processos refletem o compromisso da Companhia em oferecer soluções sustentáveis e eficazes.

A MGS reconhece que cada organização possui desafios únicos, e é por meio de uma abordagem personalizada, coordenada pelas Diretorias de Unidade de Negócio que visa maximizar o impacto positivo de suas soluções.

Para os próximos anos, estaremos comprometidos em prosseguir com a trajetória de evolução, investindo em tecnologia na busca por qualidade dos serviços nas frentes de trabalho. Além disso, a MGS almeja fortalecer parcerias estratégicas, ampliar a presença para além das fronteiras de Minas Gerais e expandir o seu portfólio de serviços, incorporando soluções que atendam de forma efetiva e ágil às necessidades dos clientes, consolidando a Companhia como referência no setor de *facilities*.

A Administração.



SÁBADO, 13 de Abril de 2024

MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2022		01/01/2022		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022		01/01/2022	
	Notas	31/12/2023 (reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)		Notas	31/12/2023 (reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	147.595	183.401	171.719	Fornecedores	-	447	261	922
Contas a receber de clientes	5	117.885	103.257	73.582	Arrendamentos	16	4.274	1.607	1.343
Adiantamentos a empregados	6	14.689	10.347	9.048	Salários e ordenados a pagar	17	51.039	44.759	36.095
Estoques	-	2.944	2.951	3.028	Obrigações sociais a recolher	17	16.305	16.416	11.419
Tributos a recuperar	7	52.607	13.137	7.012	Obrigações tributárias	18	35.282	35.113	27.298
Despesas pagas antecipadamente	-	3.767	3.139	2.318	Férias e encargos sociais a pagar	17	93.477	83.289	75.295
Outros ativos	8	9.533	1.875	516	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	67.008	20.223	16.604
Total do ativo circulante		349.020	318.107	267.223	Receitas recebidas antecipadamente	20	2.015	2.015	2.015
Ativo não circulante					Outros passivos	-	1.938	2.080	1.631
Depósitos judiciais	9	69.580	61.308	54.354	Total do passivo circulante		271.785	205.763	172.622
Bloqueios judiciais	10	55.262	28.205	14.153	Passivo não circulante				
Outros ativos	11	514	2.804	4.455	Arrendamentos	16	5.555	1.955	629
Investimentos	12	6.949	6.743	6.106	Provisão para contingências	21	32.447	32.494	33.117
Imobilizado	13	3.754	3.751	2.838	Receitas recebidas antecipadamente	20	3.861	5.876	7.890
Intangível	14	3.063	1.737	2.052	Total do passivo não circulante		41.863	40.325	41.636
Direito de uso	15	9.369	3.562	1.972	Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante		148.491	108.110	85.930	Capital social	22.a	91.717	91.717	91.717
					Reservas de lucros	22.b	86.398	82.871	42.273
					Ajustes de avaliação patrimonial	22.c	5.748	5.541	4.905
					Total do patrimônio líquido		183.863	180.129	138.895
Total do ativo		497.511	426.217	353.153	Total do passivo e patrimônio líquido		497.511	426.217	353.153

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reserva de Lucros					Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva para contingências	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2022 (reapresentado)		91.717	4.095	38.178	4.905	-	138.895
Ajustes de avaliação patrimonial	22.c	-	-	-	636	-	636
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.437	60.437
Reserva legal	22.b	-	3.041	-	-	(3.041)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	-	-	-	-	(20.223)	(20.223)
Reserva para contingências	22.b	-	-	37.557	-	(37.557)	-
Outros		-	-	-	-	384	384
Saldos em 31 de dezembro de 2022		91.717	7.136	75.735	5.541	-	180.129
Ajustes de avaliação patrimonial	22.c	-	-	-	207	-	207
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.535	70.535
Reserva legal	22.b	-	3.527	-	-	(3.527)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	-	-	-	-	(67.008)	(67.008)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		91.717	10.663	75.735	5.748	-	183.863

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. Contexto operacional**

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("MGS"; "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa pública com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais e vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), em conformidade com a Lei nº 24.313, de 28/04/2023.

Orientada pela Lei Estadual nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, tem como objeto social a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais, aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em especial nas seguintes áreas: (i) locação de mão de obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; (ii) administração de estacionamentos rotativos; (iii) administração de condomínios; (iv) recuperação, manutenção e conservação de móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral; (v) conserto e manutenção de veículos; (vi) execução de serviços gráficos; (vii) administração de processos licitatórios e contratos administrativos; (viii) transporte de valores, cargas e passageiros; (ix) fornecimento, revenda e administração de vale-transporte, vale-alimentação e outros tipos similares de vales; e (x) administração e representação de ações trabalhistas.

2. Bases de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 29 de fevereiro de 2024 o Conselho de Administração (CA) aprovou as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo sua emissão autorizada pela Administração na data de 19 de março de 2024.

2.2. Reapresentação dos valores correspondentes a 2022

A Companhia revisitou a sua avaliação sobre o registro acerca dos contratos de aluguel vigentes à luz do CPC 06. No entendimento da Administração, alguns contratos atendem aos critérios observados na norma, sendo assim, obrigatória sua aplicabilidade e, consequentemente, o reconhecimento do ativo de direito de uso (ativo) e operações de arrendamento mercantil (passivo) no seu balanço patrimonial e que estão sendo, portanto, reapresentadas nas demonstrações contábeis anuais comparativas, conforme requer a NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

a) Outros assuntos em reapresentação

A Administração efetuou outras melhorias de apresentação das informações comparativas, que não representam retificação de erro, mas sim melhorias de divulgação e transparência às melhores práticas, como segue:

- Reclassificação no balanço patrimonial de bloqueios judiciais para o não circulante anteriormente registrado no circulante;

- As despesas com PIS e COFINS sobre receita financeira, que estavam classificadas como conta redutora no grupo "Receitas financeiras", tiveram seus valores referentes aos exercícios de 2023 e 2022 reclassificados para o grupo "Despesas financeiras";

- Reclassificação na DRE de gastos reconhecidos como custos para as contas de depreciação e despesas financeiras, devido aos efeitos da aplicação do IFRS 16.

- Reclassificação na DRE de reversões de PECLD para o mesmo grupo onde as provisões foram registradas, anteriormente reconhecidas em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

- Para melhor representar a composição dos desembolsos com pessoal na

Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) a rubrica "Pagamentos de remuneração e encargos sociais/trabalhistas" foi desmembrada em "Pagamentos de remunerações" e "Pagamentos de encargos sociais" e criada a rubrica "Pagamentos de benefícios a empregados" que ensejou na reclassificação de valores antes classificados como "Pagamentos a fornecedores" ou "Pagamentos de despesas antecipadas".

- Os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio também foram reclassificados na DFC do fluxo das atividades operacionais para as atividades de financiamento.

b) Efeitos da reapresentação

Os efeitos da reapresentação para cada rubrica das demonstrações contábeis dos exercícios comparativos estão demonstrados a seguir:

Ativo	Em 01 de janeiro de 2022		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Reapresentado
Bloqueios judiciais	14.153	(14.153)	-
Demais linhas - ativo circulante	267.223	-	267.223
Total do ativo circulante	281.376	(14.153)	267.223
Ativo não circulante			
Direito de uso	-	1.972	1.972
Bloqueios judiciais	-	14.153	14.153
Demais linhas - ativo não circulante	69.805	-	69.805
Total do ativo não circulante	69.805	16.125	85.930
Total do ativo	351.181	1.972	353.153

Passivo	Em 01 de janeiro de 2022		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Reapresentado
Passivo circulante			
Arrendamentos	-	1.343	1.343
Salários e ordenados a pagar	35.125	970	36.095
Outros passivos	2.601	(970)	1.631
Demais linhas - passivo circulante	133.553	-	133.553
Total passivo circulante	171.279	1.343	172.622
Passivo não circulante			
Arrendamentos	-	629	629
Demais linhas - passivo não circulante	41.007	-	41.007
Total do passivo não circulante	41.007	629	41.636
Total do passivo	212.286	1.972	214.258
Patrimônio líquido			
Capital social	91.717	-	91.717
Reservas de lucros	42.273	-	42.273
Ajustes de avaliação patrimonial	4.905	-	4.905
Total do patrimônio líquido	138.895	-	138.895
Total do passivo e do patrimônio líquido	351.181	1.972	353.153

Ativo	Em 31 de dezembro de 2022		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Reapresentado
Bloqueios judiciais	28.205	(28.205)	-
Demais linhas - ativo circulante	318.107	-	318.107
Total do ativo circulante	346.312	(28.205)	318.107
Ativo não circulante			
Direito de uso	-	3.562	3.562
Bloqueios judiciais	-	28.205	28.205
Demais linhas - ativo não circulante	76.343	-	76.343
Total do ativo não circulante	76.343	31.767	108.110
Total do ativo	422.655	3.562	426.217

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2022	
		31/12/2023 (reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	23	1.425.901	1.208.780
Custos dos serviços prestados	24.a	(1.246.670)	(1.047.074)
Lucro bruto		179.231	161.706
Receitas/ (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	24.b	(63.086)	(63.921)
Despesas gerais e administrativas	25	(14.222)	(13.476)
Despesas tributárias	-	(197)	(165)
Despesas judiciais	24.c	(30.205)	(21.140)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	8.793	3.738
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		80.314	66.742
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	20.554	20.284
Despesas financeiras	28	(2.543)	(1.208)
		18.011	19.076
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		98.325	85.818
Imposto de renda	29	(20.096)	(18.623)
Contribuição social	29	(7.694)	(6.758)
Lucro líquido do exercício		70.535	60.437
Lucro por ação do capital social - em reais		7,05	6,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	
		31/12/2023 (reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício		70.535	60.437
Ajuste de avaliação patrimonial		207	636
Resultado abrangente do exercício		70.742	61.073

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	
	31/12/2023 (reapresentado)	(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.360.378	1.175.681
Resgates de bloqueios judiciais	54.654	26.169
Resgates de depósitos judiciais	5.541	3.227
Rendimentos de aplicações financeiras	18.831	19.285
Recebimentos de dividendos e juros	474	558
Resgates de garantias contratuais	306	-
Outros recebimentos provenientes das operações	6.240	816
Pagamentos de remunerações	(687.669)	(578.279)
Pagamentos de encargos sociais	(199.246)	(163.788)
Pagamentos de benefícios a empregados	(215.679)	(185.988)
Pagamentos a fornecedores	(42.498)	(34.230)
Pagamentos de despesas antecipadas	(710)	-
Pagamentos de diárias de viagens	(8.553)	(8.500)
Pagamentos de tributos federais	(141.744)	(126.442)
Pagamentos de tributos estaduais	(7)	(6)
Pagamentos de tributos municipais	(28.548)	(25.381)
Pagamentos de indeniz. e desp. em processos judiciais	(2.662)	(2.663)
Constituição de bloqueios judiciais	(112.294)	(51.753)
Constituição de depósitos judiciais	(10.803)	(17.535)
Constituição de garantias contratuais	(7.484)	(824)
Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais	(1.953)	(241)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(13.426)	30.106
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos da alienação de ativos imobilizado e intangível	496	-
Pagamentos na aquisição de bens do imobilizado	(837)	(1.604)
Pagamentos na aquisição de bens do intangível	(1.887)	(215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.228)	(1.819)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(20.152)	(16.604)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(20.152)	(16.604)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(35.806)	11.683
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	183.401	171.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	147.595	183.401
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(35.806)	11.683

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Em 31 de dezembro de 2022		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Reapresentado
Passivo circulante			
Arrendamentos	-	1.607	1.607
Salários e ordenados a pagar	4		



SÁBADO, 13 de Abril de 2024



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

3/8

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração de resultado	Em 31 de dezembro de 2022		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.208.780		1.208.780
Custos dos serviços prestados	(1.047.503)	429	(1.047.074)
Lucro bruto	161.277	429	161.706
Receitas/ (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	(63.921)	-	(63.921)
Despesas gerais e administrativas	(13.729)	253	(13.476)
Despesas tributárias	(165)	-	(165)
Despesas judiciais	(21.140)	-	(21.140)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.312	(574)	3.738
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	66.634	108	66.742
Receitas financeiras	19.279	1.005	20.284
Despesas financeiras	(95)	(1.113)	(1.208)
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	85.818	-	85.818
Imposto de renda	(18.623)	-	(18.623)
Contribuição social	(6.758)	-	(6.758)
Lucro líquido do exercício	60.437	-	60.437
Lucro por ação do capital social - em reais	6,04	-	6,04

Demonstração do fluxo de caixa	Em 31 de dezembro de 2022		
	Originalmente apresentado	Ajustes de reapresentação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	1.175.681	-	1.175.681
Resgates de bloqueios judiciais	26.169	-	26.169
Resgates de depósitos judiciais	3.227	-	3.227
Rendimentos de aplicações financeiras	19.285	-	19.285
Recebimentos de dividendos e juros	558	-	558
Resgates de garantias contratuais	-	-	-
Outros recebimentos provenientes das operações	817	-	817
Pagamentos de remuneração e encargos sociais/trabalhistas	(746.982)	746.982	-
Pagamentos de remunerações	-	(578.279)	(578.279)
Pagamentos de encargos sociais	-	(163.788)	(163.788)
Pagamentos de benefícios a empregados	-	(185.988)	(185.988)
Pagamentos a fornecedores	(170.989)	136.759	(34.230)
Pagamentos de despesas antecipadas	(44.313)	44.313	-
Pagamentos de diárias de viagens	(8.500)	-	(8.500)
Pagamentos de tributos federais	(126.442)	-	(126.442)
Pagamentos de tributos estaduais	(6)	-	(6)
Pagamentos de tributos municipais	(25.381)	-	(25.381)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(16.604)	16.604	-
Pagamentos de indeniz. e desp. em processos judiciais	(2.663)	-	(2.663)
Constituição de bloqueios judiciais	(51.753)	-	(51.753)
Constituição de depósitos judiciais	(17.535)	-	(17.535)
Constituição de garantias contratuais	(824)	-	(824)
Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais	(241)	-	(241)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.502	16.604	30.106
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos da alienação de ativos imobilizado e intangível	-	-	-
Pagamentos na aquisição de bens do imobilizado	(1.604)	-	(1.604)
Pagamentos na aquisição de bens do intangível	(215)	-	(215)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.819)	-	(1.819)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(16.604)	(16.604)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(16.604)	(16.604)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	11.683	-	11.683
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	171.718	-	171.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	183.401	-	183.401
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	11.683	-	11.683

orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 12 - Investimentos.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão expressas em milhares de reais com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo, anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (nota explicativa nº 5) e Provisão para contingências (nota explicativa nº 22).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

2.6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, detalhadas a seguir e em suas respectivas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis, em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa nº 2.1 - Declaração de conformidade.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes à prestação de serviços são transferidos para os clientes.

b) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Imobilizado

O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, conforme percentuais demonstrados no quadro apresentado na nota explicativa nº 13.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

d) Operações de arrendamento mercantil

Em 2023, a mensuração e reconhecimento de ativos e passivos envolvidos em contratos de arrendamento mercantil, se deu em consonância com a adoção da norma IFRS 16/CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação e reconhece o ativo de direito de uso (nota explicativa nº 15) e operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 16).

A MGS reconhece os ativos de direito de uso na data em que o ativo está disponível para uso. Os ativos são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, e ajustados por qualquer nova avaliação nos valores de passivos de arrendamento.

Reconhece ainda os passivos de arrendamento, mensurados a valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o período do contrato, descontados pela aplicação da taxa DI publicada pela Bolsa Brasileira (B3), somada ao spread de risco de crédito de 1% ao ano. As taxas históricas de juros aplicadas são ajustadas quando há mudança de prazo nos contratos de arrendamentos firmados.

O passivo do arrendamento é reavaliado na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento) e geralmente reconhecidos como um ajuste do ativo de direito de uso.

A despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Outros passivos", no passivo circulante, quando aplicável.

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que estes são originados e baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica tais passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros, e estes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis.

CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Reforma tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

Alterações que não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia

- a) IFRS 17 - Contratos de seguro
- b) Definição de estimativas contábeis - Alterações ao IAS 8
- c) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações ao IAS 12
- d) Reforma tributária Internacional - Regras do modelo do pilar dois - Alterações ao IAS 12

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações que não se espera que tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia

- a) Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
- b) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
- c) Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)
- d) Alterações à IAS 21/ CPC 02
- e) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante



SÁBADO, 13 de Abril de 2024



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

4/8

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	26	20
Bancos conta movimento	13	77
Aplicações financeiras	147.556	183.304
Total	147.595	183.401

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São compostos por numerários em espécie, saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez.

4.1. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são representadas por fundos de renda fixa de curto prazo, com baixo risco e liquidez imediata, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

Parte dos recursos está registrada em operações de aplicações automáticas (*overnight*), disponíveis para resgate no dia subsequente à data da aplicação, com o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia (capital de giro).

Em 2023, as aplicações financeiras foram remuneradas a um percentual médio de 101,55% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

Os saldos referentes às aplicações financeiras estão distribuídos nas instituições bancárias, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil	37.728	20.644
Banco Itaú	88.602	162.533
Bradesco	47	127
Caixa Econômica Federal	21.179	-
Total	147.556	183.304

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura, incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável, e estão registradas no ativo circulante pelo valor líquido realizável, sendo compostas conforme quadros abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos a receber	121.699	108.780
Subtotal	121.699	108.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.814)	(5.523)
Total	117.885	103.257

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	91.207	89.344
Vencidos	30.492	19.436
Até 30 dias	7.527	6.924
Até 60 dias	4.164	5.541
Até 90 dias	2.674	618
Até 180 dias	10.287	277
Até 360 dias	2.026	553
Acima de 360 dias	3.814	5.523
Total	121.699	108.780

As Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas, e são regularmente avaliadas com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos com risco de perdas quanto aos recebimentos. São calculadas baseadas na análise individual de cada título vencido há mais de 1 (um) ano e por cliente, após adotadas as providências devidas para o seu ressarcimento. Estes valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

A movimentação das PECLD nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	5.523	4.966
Constituições	235	1.148
Recuperação de créditos com clientes	(1.734)	(574)
Baixas	(210)	(17)
Saldo final	3.814	5.523

6. Adiantamentos a empregados

Os adiantamentos a empregados são representados basicamente por antecipação de férias a empregados e adiantamento de diárias de viagens.

	31/12/2023	31/12/2022
Antecipação de férias	14.156	9.928
Adiantamentos para viagens	152	297
Outros adiantamentos a empregados	381	122
Total	14.689	10.347

7. Tributos a recuperar

Estão apresentados como no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	47.209	6.163
Contribuição social	48	104
COFINS	1.918	1.528
PIS	416	331
INSS	2.952	4.823
FGTS	64	188
Total	52.607	13.137

A expectativa de realização dos créditos tributários é de até 1 (um) ano.

8. Outros ativos

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

	31/12/2023	31/12/2022
Garantias contratuais (i)	8.553	1.278
Adiantamento a fornecedores	-	136
Dividendos e JCP a receber	605	406
Outros	375	55
Total	9.533	1.875

(i) As garantias contratuais compreendem depósitos relativos a condições estabelecidas no contrato de prestação de serviços celebrado junto aos clientes e estão compostas conforme:

Cliente	31/12/2023	31/12/2022
Tribunal de Contas do Estado de MG	-	150
Município de Contagem	5.669	1.128
Fundação de Ensino de Contagem	58	-
Governo do Espírito Santo	2.826	-
Total	8.553	1.278

9. Depósitos judiciais

Neste grupo estão registrados os depósitos judiciais e recursais decorrentes de processos trabalhistas e tributários, corrigidos pelos mesmos índices de poupança, e conforme composição a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos recursais	62.904	53.702
Depósitos trabalhistas	6.676	7.606
Total	69.580	61.308

10. Bloqueios judiciais

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Em 2023, os bloqueios judiciais foram reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante, e estão distribuídos nas instituições financeiras conforme quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	52.582	24.856
Banco do Brasil	2.482	2.562
Caixa Econômica Federal	115	629
Bradesco	77	152
Guide Investimentos	6	6
Total	55.262	28.205

A ADPF nº 896, ajuizada pelo Estado de Minas Gerais, que visava garantir o direito da MGS efetuar os pagamentos por precatórios, foi julgada improcedente pelo STF no primeiro semestre de 2023.

Diante deste cenário, a Justiça do Trabalho passou a efetuar, nos processos em fase final de execução, o bloqueio direto das contas da MGS em que havia a referida discussão pendente, o que explica a variação positiva no exercício na referida conta de bloqueios judiciais.

11. Outros ativos

Créditos plano benefício pós-emprego

De agosto de 1992 a dezembro de 2019 a MGS possuía, junto à Fundação Libertas de Seguridade Social, um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de plano de benefício definido (BD), concedido a empregados e Administradores. Nessa modalidade de plano, os benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente.

A pedido da MGS, a Fundação Libertas desenvolveu um plano moderno e adequado às necessidades dos empregados, em substituição ao plano anterior RP4 (BD). Em 13 de dezembro de 2019 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria 1.065, de 06 de dezembro de 2019, que criou o Plano MGSPrev (CNPJ: 2019.0030-74), estruturado na modalidade contribuição definida (CD). Isso significa que os benefícios de aposentadoria são de acordo com o valor acumulado pelo participante ao longo dos anos.

No MGSPrev, a MGS contribui com o mesmo valor para a formação da poupança previdenciária dos seus empregados e o percentual de contribuição varia entre 0,5% e 1,5% sobre o salário, para quem ganha até 10 URPs (Unidade de Referência do Plano), corrigida anualmente. Quem ganha acima desse valor pode optar por

13. Imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022		
	%	Custo histórico	Depreciação acumulada	%	Custo histórico	Depreciação acumulada
Aparelhos telefônicos	10,0%	16	(1)	9,3%	1	(1)
Computadores e periféricos	17,1%	6.142	(5.302)	17,1%	6.075	(5.376)
Edificações	0,7%	-	-	0,7%	47	(45)
Ferramentas	5,3%	33	(33)	6,9%	36	(35)
Instalações	8,9%	613	(369)	8,9%	613	(339)
Máquinas e equipamentos	9,2%	4.134	(1.912)	10,0%	3.992	(1.674)
Móveis e utensílios	11,4%	4.096	(3.855)	10,1%	4.053	(3.839)
Terrenos	-	192	-	-	243	-
Veículos	18,0%	487	(487)	18,0%	487	(487)
Total		15.713	(11.959)		15.547	(11.796)

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo.

Em 2023, não ocorreram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram detectados indícios de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas
Aparelhos telefônicos	-	16	-	-	(1)	-
Computadores e periféricos	699	413	(346)	699	(265)	339
Edificações	2	-	(47)	2	-	45
Ferramentas	1	-	(3)	1	(1)	3
Instalações	274	-	-	274	(30)	-
Máquinas e equipamentos	2.318	302	(160)	2.318	(368)	130
Móveis e utensílios	214	106	(63)	214	(74)	58
Terrenos	243	-	(51)	243	-	-
Total	3.751	837	(670)	3.751	(739)	575



SÁBADO, 13 de Abril de 2024

MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Custo			Depreciação		Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Adições	Baixas	
Aparelhos telefônicos	-	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	924	-	-	(225)	-	699
Edificações	2	-	-	-	-	2
Ferramentas	3	-	-	(2)	-	1
Instalações	303	-	-	(29)	-	274
Máquinas e equipamentos	1.003	1.602	(195)	(276)	184	2.318
Móveis e utensílios	360	-	-	(146)	-	214
Terrenos	243	-	-	-	-	243
Total	2.838	1.602	(195)	(678)	184	3.751

O acréscimo nas máquinas e equipamentos é resultado das estratégias de incorporação de tecnologia no administrativo e nas frentes de serviços, além da ampliação do portfólio de serviços ofertados, em observância às necessidades dos clientes. A expectativa é que tal movimento também seja percebido nos próximos exercícios, com ampliação do imobilizado e intangível.

14. Intangível

Está representado, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI).

	31/12/2023			31/12/2022		
	%	Custo	Valor líquido	%	Custo	Valor líquido
Software - Direito de uso	15,2%	6.739	3.063	27,6%	4.841	1.737
Software - Direito de uso - Vida útil definida	54,5%	2.204	-	54,5%	2.204	-
Total		8.943	3.063		7.045	1.737

Em 2023 não ocorreram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram detectados indícios de perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

A movimentação do ativo intangível nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	%	Custo	Valor líquido	%	Custo	Valor líquido
Software		1.737	-		1.737	-
Total		1.737	-		1.737	-

	31/12/2023			31/12/2022		
	%	Custo	Valor líquido	%	Custo	Valor líquido
Software		2.052	-		2.052	-
Total		2.052	-		2.052	-

15. Direito de uso

	% taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2022 (reapresentado)			Encerrados	Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Encerrados		
Direito de uso de arrendamento	-	5.352	10.045	(2.352)	-	13.045
Depreciação	35,4%	(1.790)	(3.676)	1.790	-	(3.676)
Total		3.562	6.369	(562)	-	9.369

	% taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2021 (reapresentado)			Encerrados	Saldo em 31/12/2022 (reapresentado)
		Adições	Baixas	Encerrados		
Direito de uso de arrendamento	-	6.452	3.321	(4.421)	5.352	
Depreciação	35,4%	(4.480)	(1.731)	4.421	(1.790)	
Total		1.972	1.590	-	3.562	

A depreciação do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador (vide Nota Explicativa nº 16), pelo prazo de 2 a 3 anos.

O valor presente dos arrendamentos foi calculado, por meio da projeção de pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto (taxa incremental) - taxa DI publicada pela Bolsa Brasileira (B3) somada ao spread de risco de crédito de 1% ao ano de 12,65%.

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) - Arrendamento, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel de imóveis	1.323	2.661
Aluguel de máquinas e equipamentos	333	418
Aluguel de veículos	129	664
Total	1.785	3.743

16. Arrendamentos

Passivos de arrendamento

A amortização do passivo de arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo médio de 3 anos.

A movimentação do arrendamento a pagar é a seguinte:

	% taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2022 (reapresentado)			Transf.	Encerrados	Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	Encerrados			
Passivos de arrendamento	-	4.212	11.970	(4.290)	(670)	11.222	
(-) Juros a apropriar	12,65%	(650)	(1.925)	1.074	108	(1.393)	
Total		3.562	10.045	(3.216)	(562)	9.829	

	% taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2021 (reapresentado)			Transf.	Encerrados	Saldo em 31/12/2022 (reapresentado)
		Adições	Baixas	Encerrados			
Circulante	-	1.607	10.045	(3.216)	(3.600)	(562)	4.274
Não Circulante	-	1.955	-	-	3.600	-	5.555
Total		3.562	10.045	(3.216)	(562)	(562)	9.829

	% taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2021 (reapresentado)			Transf.	Encerrados	Saldo em 31/12/2022 (reapresentado)
		Adições	Baixas	Encerrados			
Passivos de arrendamento	-	2.335	3.971	(2.094)	-	-	4.212
(-) Juros a apropriar	12,65%	(363)	(650)	363	-	-	(650)
Total		1.972	3.321	(1.731)	-	-	3.562

	% taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2021 (reapresentado)			Transf.	Encerrados	Saldo em 31/12/2022 (reapresentado)
		Adições	Baixas	Encerrados			
Circulante	-	1.343	3.321	(1.731)	(1.326)	-	1.607
Não Circulante	-	629	-	-	1.326	-	1.955
Total		1.972	3.321	(1.731)	-	-	3.562

Os montantes classificados no passivo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Valor nominal	Juros embutidos a apropriar	Valor presente do arrendamento
2024	5.218	(944)	4.274
2025	4.821	(416)	4.405
A partir de 2026	1.183	(33)	1.150
Total	11.222	(1.393)	9.829

17. Obrigações trabalhistas e sociais

O saldo deste grupo é composto, em sua maior parte, por salários, férias e seus respectivos encargos sociais (INSS e FGTS) a recolher, vencíveis no exercício subsequente, conforme composição a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	46.064	41.809
Obrigações com desconto em folha de pagamento	4.363	2.395
Outros	612	555
Subtotal salários e ordenados a pagar	51.039	44.759
INSS	8.589	9.661
FGTS	7.511	6.478
Contribuição sindical	205	277
Subtotal obrigações sociais a recolher	16.305	16.416
Férias	67.932	60.427
INSS sobre férias	19.826	17.772
FGTS sobre férias	5.719	5.090
Subtotal férias e encargos sociais a pagar	93.477	83.289
Total	160.821	144.464

18. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	2.930	2.716
COFINS	13.510	12.532
ISSQN	2.454	2.212
IRPJ	-	1.371
IRRF	2.666	2.290
Contribuições Sociais Retidas na fonte (CSRF)	16	4
Contribuição social	386	1.448
PIS diferido	2.376	2.237
COFINS diferido	10.944	10.303
Total	35.282	35.113

O PIS e a COFINS são calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa. Conforme disposto no artigo 7º da Lei nº 9.718/1998 e artigo 56º da Lei nº 12.973/2014, a MGS apura a base de cálculo do PIS e da COFINS, mediante controle do diferido, até o efetivo recebimento das receitas.

Os serviços prestados pela MGS, acobertados com a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), não estão sujeitos à retenção do ISSQN na fonte, conforme Regime Especial nº 045.506-A (Processo nº 01.058613.13.50), concedido a partir de 1º de agosto de 2013, pela Prefeitura de Belo Horizonte. Sendo assim, o recolhimento do ISSQN, quando este for devido no município de Belo Horizonte, fica a cargo da MGS.

a. Tributos municipais

Abarcada pela Lei nº 9.145 de 12 de janeiro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 12.332 de 21 de março de 2006, a Companhia optou pela forma de isenção autorizada na referida lei, nas hipóteses em que o ônus do pagamento dos tributos

municipais recair sobre a administração pública direta ou indireta do Município de Belo Horizonte. Sendo assim, os serviços prestados para estes entes são isentos do ISSQN, mediante a aplicação do desconto, equivalente ao percentual da alíquota do imposto que incidiria sobre o valor do serviço, constante do documento fiscal emitido.

19. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos e JCP a pagar	67.008	20.223
Total	67.008	20.223

Em 31 de dezembro de 2023 foi proposta a distribuição dos dividendos, equivalente a 100% do lucro líquido do exercício e após as deduções legais, no valor total de R\$ 67.008, conforme segue:

• R\$ 12.308 foram declarados a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e imputados aos dividendos, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 10 de novembro de 2023. O valor do JCP líquido do imposto de renda na fonte corresponde a R\$ 12.302, com pagamento previsto para ser realizado em 2024; e

• O restante, compreendendo R\$ 54.706, foi declarado como dividendos, também com pagamento previsto para ser realizado em 2024.

A composição dos dividendos a pagar no exercício de 2023 é distribuída entre os acionistas, conforme segue:

Acionista	%	JCP	IRRF (15%)	JCP líquido a pagar	Dividendos a pagar	Total de JCP dividendos a pagar
Estado de MG	99,65%	12.265	-	12.265	54.508	66.773
Prodemge	0,35%	43	(6)	37	198	235
Total	100,00%	12.308	(6)	12.302	54.706	67.008

A movimentação dos dividendos e dos JCP nos exercícios de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

	31/12/2022		31/12/2023	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Saldo dividendos exercício 2022	20.223	(20.223)	-	-
Dividendos exercício 2023	-	54.706	-	54.706
JCP imputados aos dividendos 2023	-	12.302	-	12.302
Total	20.223	67.008	(20.223)	67.008

	31/12/2021		31/12/2022	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Saldo dividendos exercício 2021	16.604	(16.604)	-	-
Dividendos exercício 2022	-	11.950	-	11.950
JCP imputados aos dividendos 2022	-	8.273	-	8.273
Total	16.604	20.223	(16.604)	20.223

20. Receitas recebidas antecipadamente

Em 23 de setembro de 2021, a MGS recebeu um depósito bancário no valor de R\$ 10.073, decorrente do termo de adesão, ao contrato de prestação de serviços financeiros, datado de 02 de agosto de 2021, entre o Estado de Minas Gerais e a MGS.

O termo aderiu ao disposto do Contrato nº 1900010957/2021, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Itaú, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), e que tem por objeto a prestação de serviços financeiros, incluindo a folha de pagamento dos empregados públicos, além do pagamento a fornecedores de bens e serviços das Companhias públicas, nas condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 01/2021.

O crédito, advindo do termo de adesão, foi registrado como receita antecipada, segregada em curto e longo prazos, e está sendo reconhecido no resultado como receita pelo prazo de 60 meses, proporcional à vigência do contrato, com início em 22 de dezembro de 2021 e encerramento em 21 de dezembro 2026.

Sendo assim, em 2023, foi reconhecido no resultado como outras receitas operacionais o valor de R\$ 2.015 referente a 12 (doze) parcelas dentre o total de 60 do contrato com o Banco Itaú, e as receitas recebidas antecipadamente apresentadas segregadas conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	2.015	2.015
Não circulante	3.861	5.876
Total	5.876	7.891

21. Provisão para contingências

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	32.051	32.260
Cíveis	396	234
Total	32.447	32.494

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

A administração acompanha o desenvolvimento destes processos e, com base na opinião de seus consultores jurídicos, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2023, a MGS possuía 2.690 (2.692 em 2022) ações trabalhistas provisionadas, no valor de R\$ 32.051 (R\$ 32.260 em 2022), conforme apresentado no quadro anterior, relativas aos temas de: (i) reintegração de empregados; (ii) horas extras; (iii) adicionais de insalubridade e periculosidade; (iv) diferenças salariais (isonomia e equiparação salarial); (v) reversão de justa causa; e (vi) rescisão indireta.

No âmbito cível, na mesma data-base, a MGS possuía 23 (11 em 2022) ações judiciais provisionadas, perfazendo o total de R\$ 396 (R\$ 234 em 2022), relativas aos temas de: (i) execuções fiscais em matéria relativa ao não recolhimento do ISS a municípios do interior do Estado de Minas Gerais, por retenção devida pelo cliente; (ii) reintegração em fase pré-contratual; (iii) acidente de trânsito; e (iv) dano moral.

A movimentação das provisões para contingências é conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2023	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Ações trabalhistas	32.260	(18.093)	32.051	32.050
Ações cíveis	234	(10)	396	397
Total	32.494	(18.103)	32.447	32.447

Relativamente às ações coletivas, a Companhia figura como parte em disputas relativas a repasses e descontos sobre verbas assistenciais e indenizatórias, bem como inclusão de adicional de periculosidade para categoria profissional de porteiros, todas ainda em fase de conhecimento, a saber:

SÁBADO, 13 de Abril de 2024

MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) 0011641-41.2017.5.03.0014, ajuizada pelo Sindac Belo Horizonte para repasse da verba denominada "Programa de Assistência Familiar", estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho, com custo estimado em R\$ 48,58 (quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) por empregado sindicalizado ao mês, exercícios 2016/2017;

(ii) 0010701-90.2016.5.03.0053, ajuizada pelo Sineth São Lourenço e região para pagamento de adicional de periculosidade a empregados em exercício da função de vigilância desarmada, com custo estimado em R\$ 37 mil por empregado, totalizando R\$ 4.282; e

(iii) 0011208-02.2016.5.03.0037, ajuizada pelo Sintec Juiz de Fora, com mesmo objeto da ação anterior, com custo estimado R\$ 1.878 (R\$ 30 mil por empregado).

Tais ações estão classificadas com probabilidade de perda possível, razão pela qual não foram provisionadas.

Com relação às ações individuais, a Companhia possui 13 processos trabalhistas em curso na fase de conhecimento, em tema envolvendo pedido de reintegração de ex-empregados que ocuparam cargos gerenciais ou estratégicos, os quais as motivações de rescisões envolvem situação peculiar em relação aos demais processos de reintegração que discutem a possibilidade de reaproveitamento de empregados em frentes de serviços.

Estas ações aguardam posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria, em especial o julgamento do Recurso Extraordinário no 688.267, com Repercussão Geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1.022). Em valores atualizados, tais processos remontam uma discussão de R\$ 26.792 (R\$ 23.701 em 2022), sendo classificados com prognóstico de perda possível, razão pela qual não foram provisionados.

No tocante ao contencioso tributário, destacam-se os seguintes processos administrativos:

a. ISSQN incidente sobre vale-alimentação

A MGS ajuizou ação anulatória com pedido de tutela de urgência - Ação Anulatória no 5099694-10.2021.8.13.0024, em face do Município de Belo Horizonte, objetivando a extinção do crédito tributário objeto do Auto de Infração no 41.379A, que se resume à exigência do ISSQN sobre o valor reembolsado a título de vale-alimentação, nos termos do art. 156, X, do CTN. No ajuizamento da ação foi requerida a concessão de tutela de urgência para reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em razão do depósito integral (art. 151, II, CTN); protocolada petição de juntada do comprovante de depósito judicial da quantia discutida de R\$ 4.269, de modo a suspender a exigibilidade do crédito tributário; e há decisão reconhecendo a suspensão de exigibilidade em razão do depósito. O valor do depósito judicial atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 5.416.

Em 18/02/2023, a 1ª Vara de Execução Fiscal Municipal da Comarca de Belo Horizonte julgou procedente a ação anulatória desconstituindo o lançamento tributário formalizado. O processo encontra-se com prazo para recurso do Município e a sentença é sujeita à remessa necessária para apreciação em segunda instância.

A MGS recebeu Auto de Infração no 45.249-A, lavrado pelo Município de Belo Horizonte em 17 de junho de 2020, por meio do qual é exigido da Companhia o montante de R\$ 2.133 a título de ISSQN, supostamente recolhido a menor no período de março de 2016 a março de 2020, em razão da não inclusão do valor reembolsado a título de vale-alimentação na base de cálculo, bem como em razão de compensações realizadas pela MGS, que foram estornadas pelo fisco. O processo aguarda julgamento da defesa administrativa apresentada pela MGS, na qual se sustentou: (i) inexigibilidade do ISSQN cobrado sobre o valor do vale-alimentação; e (ii) a regularidade das compensações feitas pela MGS. O valor atualizado do débito em 31 de dezembro de 2023 alcança o montante de R\$ 3.103.

Para ambos, o escritório de advocacia, contratado para acompanhar o processo, apresentou o prognóstico de perda possível diante da inexistência de precedente específico sobre caso idêntico ou similar. Sendo assim, não foi constituída provisão para contingências.

22. Patrimônio líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social (a)	91.717	91.717
Reserva de lucros (b)	86.398	82.871
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	5.748	5.541
Total	183.863	180.129

a) Capital social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, totalizou R\$ 91.717 e está representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais, com 99,65% das ações e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), com 0,35% restantes das ações.

b) Reserva de lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva legal	10.663	7.136
Reserva para contingências	75.735	75.735
Total	86.398	82.871

• Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros estão compostas por reserva legal no montante de R\$ 10.663, constituídas à alíquota de 5% do lucro líquido.

• Reserva para contingências

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2023 deliberou pela constituição de reservas para contingências no valor de R\$ 37.557, proveniente do lucro líquido do exercício de 2022, após deduções legais e distribuição dos dividendos.

As reservas de contingências foram constituídas para compensações futuras decorrentes de possíveis demissões, com o objetivo de evitar uma situação de desequilíbrio financeiro, face à probabilidade de redução de lucros ou mesmo da ocorrência de prejuízos em exercícios futuros, em virtude de fatos extraordinários conhecidos, tal como o descasamento entre o faturamento e a ocorrência dos eventos de rescisão.

Em 31 de dezembro de 2023 não foi proposta a constituição de reservas de contingências face à distribuição da totalidade do lucro como dividendos.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial consistem dos ganhos ou perdas dos ativos financeiros classificados como disponível para venda, e decorrem das alterações em seu valor justo, ou seja, resultam da avaliação do instrumento financeiro obtida em condições usuais de mercado, sem a interferência de fatores que pressionem para a liquidação da transação.

Os ajustes da avaliação dos ativos financeiros são registrados em conta específica do patrimônio líquido e somente serão realizados no momento da sua liquidação, quando serão transferidos para o resultado do período.

23. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na venda de serviços	1.647.488	1.399.586
Impostos e contribuições sociais sobre as vendas	(191.033)	(163.786)
Descontos, devoluções e cancelamentos	(30.554)	(27.020)
Receita operacional líquida	1.425.901	1.208.780

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca dos serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A Companhia integra o grupo sujeito ao acompanhamento diferenciado dos maiores contribuintes pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e se enquadra como Companhia de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei nº 11.638/2007, por apresentar receita bruta anual superior a R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais).

24. Informações sobre natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

a. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são compostos basicamente por remuneração acrescida de encargos e benefícios. Cerca de 97,6% dos custos totais da Companhia são provenientes da relação trabalhista da MGS para com seus 29.502 empregados (data-base de 31 de dezembro de 2023). Os demais custos são representados basicamente pelos custos com materiais, em especial, uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e material de limpeza, além dos custos com diárias de viagens dos empregados das frentes de serviços.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	633.191	535.084
Encargos	433.003	363.028
Benefícios	150.218	121.970
Logística e materiais	19.265	17.833
Viagens	8.026	7.972
Aluguéis, equipamentos e serviços	226	899
Depreciação e amortização	2.641	205
Outros custos	100	83
Total	1.246.670	1.047.074

b. Despesas com pessoal

A composição das despesas com pessoal é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	33.572	33.771
Encargos sociais e trabalhistas	23.974	23.886
Benefícios	5.540	6.264
Total	63.086	63.921

c. Despesas judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com ações cíveis	173	272
Despesas com ações trabalhistas	30.017	20.846
Outras despesas jurídicas	15	22
Total	30.205	21.140

As despesas judiciais compreendem os gastos processuais com as ações trabalhistas, cíveis e tributárias, incluindo os tributos, taxas, custas, multas e juros, atualizações relacionadas às mesmas, bem como os honorários advocatícios.

Além disso, as despesas judiciais com ações trabalhistas são compostas e impactadas negativamente por: (i) provisões contábeis, que atualmente são constituídas ao percentual de 30% sobre os valores reclamados, considerando taxa de recuperação de 70% no valor das ações conduzidas pela gerência jurídica da Companhia, conforme média dos últimos exercícios, salvo provisões diferenciadas em processos específicos; (ii) acréscimos no pagamento de ações (casos em que a provisão for inferior ao pagamento); (iii) baixas de bloqueios e depósitos judiciais e recursais, em favor da parte contrária, que são utilizados para pagamento das ações; e (iv) custas judiciais sobre os processos. E são impactadas positivamente por: (i) improcedência/arquivamentos de processos; e (ii) redução no pagamento de ações (provisão superior ao pagamento).

25. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas são compostas conforme:

	31/12/2023	31/12/2022
Tecnologia da Informação e Comunicações	4.715	3.361
Depreciação e amortização	2.346	1.329
Despesas com ocupação	2.137	2.668
Fretes e carretos	1.137	1.005
Consumo de materiais	896	858
Cursos e treinamentos	696	708
Despesas com viagem	683	385
Taxas recarga vale transporte	620	571
Serv. contratação jovens aprendizes	413	363
Projetos culturais Lei Rouanet	400	-
Aluguel e manutenção de veículos	279	438
Aluguel de máquinas e equipamentos	238	222
Perda estimada c/ créd. liquid. Duvidosa	235	1.148
Recuperação de créditos com clientes	(1.734)	(574)
Demais despesas gerais e administrativas	1.161	994
Total	14.222	13.476

26. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (despesas) com recuperação de tributos	(110)	(115)
Recuperação de despesas com previdência complementar	161	222
Recuperação de despesas/custos (ressarcimentos diversos)	1.340	998
Dividendos e participações	68	278
Receita com adesão ao contrato com o Banco Itaú (i)	2.017	2.015
Receita com acordos homologados (ii)	5.081	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	236	340
Total	8.793	3.738

(i) 24,1% do valor registrado no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" em 2023 são decorrentes da receita advinda do Contrato nº 1900010957/2022, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Itaú, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), para prestação de serviços financeiros, incluindo a folha de pagamento dos empregados públicos, cujo termo de adesão foi assinado pela MGS.

(ii) A Companhia voltou a negociar o recebimento do montante correspondente aos gastos com a reforma do imóvel situado na Rua São Paulo, 679, Centro - Belo Horizonte - MG, de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), corrigido pelo Índice Nacional de Custo da

Construção (INCC), cujas obras de reforma e adaptação ficaram sob a responsabilidade da MGS, haja vista que o mesmo seria destinado à instalação da sede da Companhia, conforme Contrato de Cessão Onerosa de Uso de Bem Imóvel, firmado entre o IPSEMG e a MGS, com interveniência da SEPLAG, no ano de 2006 (contrato nº 342/2006).

Em 2010, as obras de reforma passaram a ser de responsabilidade do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP-MG.

De acordo com a decisão, registrada na ata da 120ª reunião ordinária do Conselho de Administração da MGS, de 28 de setembro de 2011, e o Contrato nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel nº 01/2012), de 15 de abril de 2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel (Edifício Lutétia) abrigaria a "Casa de Direitos Humanos", figurando a MGS como interveniente, juntamente com a SEPLAG, no retrocitado Termo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE).

Em 21 de novembro de 2018, na 22ª reunião ordinária do Conselho de Administração, os Conselheiros deliberaram, considerando o tempo decorrido entre a finalização da reforma em 2012 e o ano de 2018, período em que as negociações acerca desse ativo se alongaram, pelo reconhecimento contábil da perda do correspondente ativo no montante total, o que impactou negativamente o resultado do exercício de 2018 na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Com novas tratativas entre a MGS e a SEDESE e intermediação da SEPLAG, foram recebidos em 2019, parcialmente, R\$ 2.977 do total de R\$ 7.527 pleiteado relativo ao ativo relacionado com a reforma do Edifício Lutétia.

Em 2023, mediante Termo de Autocomposição nº 35/2023, por meio de concessões mútuas, realizado entre a MGS e o Estado de Minas Gerais, foi quitado o saldo restante, atualizado pelo INCC, no valor de R\$ 8.171, resultando no ingresso de R\$ 5.600 dos quais R\$ 519 o Estado de MG reconheceu como devido à MGS pela recuperação de créditos com o cliente Secretaria de Estado de Saúde - SES, que sucedeu na reversão da perda.

O acordo determinou ainda o aporte de R\$ 1.000 ao Fundo Estadual de Saúde - FES. Em resumo, o saldo líquido positivo do acordo para a MGS foi de R\$ 4.600, antes dos tributos, conforme segue:

	2023
Recebimento Termo de Autocomposição	5.600
Perda recebimento de crédito do cliente SES	(519)
Total outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.081
Reversão da perda de crédito do cliente SES	519
Destinação ao FES	(1.000)
Subtotal resultado	4.600
Pis/Cofins	(518)
Total resultado	4.082

27. Receitas financeiras

A composição das receitas financeiras nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita sobre aplicações financeiras	18.831	19.285
Atualização juros Selic	568	226
Receita com juros sobre capital próprio	712	545
Outras receitas financeiras	443	228
Total	20.544	20.284

28. Despesas financeiras

A composição das despesas financeiras nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Comissões e despesas bancárias	(21)	(17)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(343)	(78)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(998)	(1.005)
Juros pagos ou incorridos	(1.181)	(108)
Total	(2.543)	(1.208)

Elucida-se que os juros pagos ou incorridos refletem a contabilização dos arrendamentos em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento (nota explicativa nº 16).

29. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

O IRPJ e a CSLL são apurados anualmente pelo regime de tributação com base no lucro real, com o recolhimento mensal dos tributos por estimativa, utilizando como base os balancetes mensais de suspensão ou redução, apurados contabilmente e ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos e entidades públicas, não recebidas dentro do exercício.

A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

• **Imposto de Renda Pessoa Jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240 ao ano.

• **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 a MGS apresenta os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado, com a seguinte reconciliação:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	98.324	85.818	98.324	85.818
Adições temporárias	148.643	131.556	148.643	131.556
Exclusões temporárias	(150.398)	(133.392)	(150.398)	(133.524)
Adições permanentes	6.261	14	6.261	14
Exclusões permanentes	(17.336)	(8.776)	(17.336)	(8.776)
Base de cálculo - lucro real	85.494	75.220	85.494	75.088
Imposto de renda - 15% e contribuição social - 9%	12.824	11.283	7.694	6.758
Adicional de imposto de renda - 10%	8.526	7.498	-	-
(-) Incentivos fiscais	(1.254)	(158)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20.096	18.623	7.694	6.758
Total	20.096	18.623	7.694	6.758
Alíquota efetiva	20,44%	21,70%	7,83%	7,87%

Os incentivos fiscais compreendem o PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e incentivo à cultura, em conformidade com o artigo 18º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

SÁBADO, 13 de Abril de 2024

MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Transações entre partes relacionadas

A MGS é uma empresa pública, integrante da estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado de MG, não dependente dos recursos do tesouro estadual. O conceito de partes relacionadas está definido no item 9 do Pronunciamento

Técnico CPC 05 (R1) e na Política de Transações com Partes Relacionadas à MGS (POL/GRC/004);

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

Grupo Contábil	Transações entre partes relacionadas 2023			2022 (Reapresentado)		
	Vinculados ao Poder Executivo Estadual (i)	Outras partes relacionadas (ii)	Total 2023	Vinculados ao Poder Executivo Estadual (i)	Outras partes relacionadas (ii)	Total 2022
ATIVO						
a) Contas a receber	36.746	70	36.816	45.679	56	45.735
b) PECLD	(3.632)	-	(3.632)	(5.253)	-	(5.253)
c) Dividendos/jcp a receber	605	-	605	406	-	406
d) Investimentos	6.942	-	6.942	6.736	-	6.736
e) Direito de uso	-	3.262	3.262	-	-	-
f) Outros Créditos	39	514	553	39	2.804	2.843
PASSIVO						
g) Fornecedores	15	-	15	137	125	262
h) Dividendos/jcp a pagar	67.008	-	67.008	20.223	-	20.223
i) Op. de arrendamento mercantil	-	3.364	3.364	-	-	-
j) Outros passivos	5.901	257	6.158	7.923	259	8.182
PL						
k) Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	263	-	263
RESULTADO						
l) Receita com serviços	886.859	1.017	887.876	793.432	897	794.329
m) Despesas gerais e adm.	134	(110)	24	(1.192)	(1.324)	(2.516)
n) Resultado financeiro	712	(219)	493	545	-	545
o) Outras receitas/(despesas)	6.132	161	6.293	2.801	222	3.023
Total	1.007.461	8.316	1.015.777	871.739	3.039	874.778

(i) Compreende diversas autarquias, órgãos, secretarias, fundações, empresas estatais e órgãos autônomos do Poder Executivo do Estado de MG; e

(ii) Composto por Fundação Libertas e Condomínio Fundação Libertas.

a) Refere-se aos saldos existentes na conta de clientes relativos aos serviços prestados, ainda pendentes de recebimento. Destaca-se que os saldos de contas a receber de clientes não sofrem atualizações por índices econômicos em função do tempo;

b) Refere-se aos saldos existentes na conta de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), relativos às perdas reconhecidas para faturas em aberto com mais de 360 dias de vencimento;

c) Refere-se aos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a receber dos investimentos existentes na MGS;

d) Compreende a posição atualizada do investimento referente às ações investidas na CEMIG;

e) Engloba os ativos que representam o direito do arrendatário de usar o imóvel da Sede administrativa da MGS, durante o prazo contratual do aluguel.

f) Refere-se aos saldos de outros créditos eventualmente mantidos com as partes relacionadas, em especial, saldo da Conta de Recursos Remanescente da Patrocinadora (CRRP), oriundos do antigo plano de benefício definido;

g) Refere-se aos saldos existentes com fornecedores relacionados a produtos ou serviços adquiridos em que a pessoa física ou jurídica, na condição de fornecedor da MGS, se caracteriza como parte relacionada;

h) Refere-se aos saldos de dividendos a pagar aos acionistas da MGS;

i) Envolve os valores correspondentes à obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento do imóvel da Sede administrativa, mensurados ao valor presente dos pagamentos descontados pela taxa incremental.

j) Refere-se aos saldos de receitas recebidas antecipadamente relacionadas ao termo de adesão do contrato com o Banco Itaú (vide nota explicativa nº 20), além dos saldos de obrigações com clientes, tais como diferenças de tributos e repasses de empréstimos de empregados tomados junto à entidade de previdência complementar;

k) Corresponde a transações classificadas como ajustes de exercícios anteriores envolvendo partes relacionadas;

l) Refere-se ao montante dos serviços prestados às partes relacionadas no exercício;

m) Refere-se ao montante de despesas gerais e administrativas incorridas no exercício para com as partes relacionadas;

n) Refere-se às receitas com juros sobre capital próprio recebidos como forma de remuneração e juros incorridos nas operações de arrendamento mercantil; e

o) Refere-se a outras receitas e despesas existentes com as partes relacionadas, tais como receitas com dividendos, doações e transferências de bens, atualizações positivas ou negativas advindas da CRRP, entre outras.

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis deles, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

31.1 Instrumentos financeiros não derivativos

Ativos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para redução ao valor recuperável:		
Caixa e equivalentes de caixa	147.595	183.401
Contas a receber de clientes	117.885	103.257
Total	265.480	286.658

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:

Fornecedores	447	261
Outras contas a pagar	6.301	4.475
Total	6.748	4.736

• Liquidez:

Os ativos financeiros compreendem substancialmente aplicações de liquidez

imediate. A política de gestão de riscos financeiros e estratégias obedecem às diretrizes apresentadas pela Administração com objetivo de proteger o fluxo de caixa, mantendo a capacidade de cumprir as obrigações.

32. Remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e membros do comitê de auditoria estatutário

Os gastos totais com a remuneração dos membros dos órgãos estatutários da Companhia, compostos pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração, encargos e benefícios	4.354	3.998

A remuneração dos membros dos órgãos estatutários da Companhia inclui honorários, encargos sociais e trabalhistas recorrentes, além de encargos provenientes de rescisões, dentre outros. Os benefícios incluem o vale-alimentação, previdência complementar e seguro de vida.

33. Transações que não afetaram caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Adições de contratos de arrendamento	10.045	3.321
Contratos encerrados	(562)	(4.421)
Perdas efetivas (Contas a receber x PECLD)	210	17

Walter Pereira de Castro
Contador CRCMG 065070/O-0

Diretoria Executiva

Helter Verçosa Morato
Diretor Jurídico

Lucianna Feres Bichara Peixoto Gomes
Diretora de Gente e Gestão

Michel Lopes França Chaves
Diretor de Operações

Paulo Henrique Fonseca de Melo
Diretor Administrativo e Financeiro

Marcelo Magalhães Rosa Isoni
Diretor-Presidente

Conselho de Administração

Felipe Magno Parreiras de Sousa
Conselheiro

Giovani Domingos Beraldo
Conselheiro

Gustavo Eugênio Maciel Rocha
Conselheiro

Marcelo Magalhães Rosa Isoni
Conselheiro

Silvia Caroline Listgarten Dias
Conselheira

João Aparecido de Lima
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Valéria Pires Amoroso Lima
Presidente do Conselho de Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas da
MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Reapresentação das demonstrações contábeis comparativas examinadas por outro auditor independente

A auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes dos ajustes referente aos registros conforme CPC 06 (IFRS 16), onde a Companhia revisitou a sua avaliação sobre o registro acerca dos contratos de aluguel vigentes, e verificou que alguns contratos atendem aos critérios observados na norma, sendo assim, obrigatória sua aplicabilidade e, consequentemente, o reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo referente operações de arrendamentos, descritos nas Notas Explicativas nº 15 e 16, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatórios, de auditoria, sem modificação em 10 de março de 2023.

Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.2, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2022 tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aos eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC MG-008.957/F-8
Daniel Menezes Vieira - Contador CRC IMG-078.081/O-1



SÁBADO, 13 de Abril de 2024

MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Os membros da Diretoria Executiva da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, declaram, para os devidos fins, (i) que reviram, discutiram e concordam com o Relatório da Administração, com as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado – DRE, Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto – DFC, e as respectivas Notas Explicativas) da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2023; bem como com a Destinação do Resultado de 2023; e (ii) que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., em 19/03/2024, relativamente às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 19 de março de 2024

Helter Verçosa Morato - Diretor Jurídico
Lucianna Feres Bichara Peixoto Gomes - Diretora de Gente e Gestão
Michel Lopes França Chaves - Diretor de Operações
Paulo Henrique Fonseca de Melo - Diretor Administrativo e Financeiro
Marcelo Magalhães Rosa Isoni - Diretor-Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA MGS – MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Conselho Fiscal da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado – DRE, Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto – DFC, e as respectivas Notas Explicativas) da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) a Destinação do Resultado de 2023; e tomando como base Ofício SEDE/CCGE nº 131/2023, de 21/12/2023, o Relatório emitido

pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., em 19/03/2024, os Relatórios de Auditoria Interna nº 5380.1.21.03.003.24 e nº 5380.1.21.03.004.24, de 19/03/2024, e a Declaração de Revisão das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes pela Diretoria Executiva da Companhia, de 19/03/2024; e considerando as informações e esclarecimentos recebidos, é de opinião que os citados documentos se encontram em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia, a realizar-se em abril do corrente ano.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.

Camila Barbosa Neves - Conselheira
Fabício Vieira Sucupira - Conselheiro
Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves - Conselheiro
Marília Carvalho de Melo - Conselheira
Kênnya Kreppel Dias Duarte - Conselheira e Presidente do Conselho Fiscal

GCT GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRÂNSITO S/A		RELATÓRIO DA DIRETORIA	
CNPJ/MF: 01.466.431/0001-00		SENHORES ACIONISTAS: De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas., o BALANÇO PATRIMONIAL e as correspondentes DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, devidamente acompanhadas das notas explicativas, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023	
BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023			
ATIVO	31/12/2023 RS	31/12/2022 RS	PASSIVO
CIRCULANTE	61.626.529	42.391.587	CIRCULANTE
Caixas e Bancos	465.630	5.836.273	Forneceadores
Aplicações de Liquidez Imediata	26.231.406	14.139.623	Credores Pessoas Físicas/Jurídicas
Clientes a Receber	7.100.353	6.189.450	Impostos Contribuições a Recolher
Clientes a Faturar	12.679.251	11.505.116	Obrigações c/Pessoal e Diretoria
Créditos de Terceiros	8.859	38.707	Contribuições Previdenciárias e Trabalhistas
Adiantamentos	14.688.659	4.765.701	Provisões Obrigatórias e Facultativa
Impostos a Recuperar	381.365	-158.348	NÃO CIRCULANTE
Estoques	71.007	75.066	EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO
NÃO CIRCULANTE	28.438.944	35.062.039	CRÉDITOS DE COLIGADAS E CONTROLADAS
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	4.391.783	9.175.028	Créditos de Consórcios
Créditos de Terceiros	3.489.577	3.995.443	Despesas Incorridas
Depósitos e Cauções	304.871	4.604.716	INVESTIMENTOS
Créditos em Consórcios	0	0	Investimentos Permanentes
Despesas Incorridas	597.335	574.870	IMOBILIZADO
INVESTIMENTOS	14.831.701	15.437.882	Imobilizado Líquido
Investimentos Permanentes	14.831.701	15.437.882	TOTAL DO ATIVO
IMOBILIZADO	9.215.461	10.449.128	90.065.474
Imobilizado Líquido	9.215.461	10.449.128	TOTAL DO PASSIVO
TOTAL DO ATIVO	90.065.474	77.453.626	90.065.474
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31/12/2023			
Descrição	Capital	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal
Saldo em 31/12/2021	30.000.000	300	3.166.050
Incorporação Capital	300		
Reserva Legal			85.919
Lucro Líquido do Exercício			(85.919)
Dividendos Creditados aos Acionistas			1.718.383
(+/-) Ajuste Exercício Anterior			(4.762.000)
Saldo em 31/12/2022	30.000.300	-	3.251.969
Incorporação Capital			909.467
Reserva Legal			(909.467)
Lucro Líquido do Exercício			18.189.342
Distribuição de Dividendos aos Acionistas			(4.984.000)
(+/-) Ajuste Exercício Anterior			(221.470)
Saldo em 31/12/2023	30.000.300	-	4.161.436
			40.944.938
			75.106.674
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO			
31/12/2023	31/12/2022	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS	
1 - Das Atividades Operacionais	7.962.461	8.978.843	31/12/2023 RS
Lucro Líquido do Exercício	18.189.342	1.718.383	99.729.022
(+/-) Depreciação	3.191.871	1.105.884	(-) Deduções Receita Bruta
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-221.470	792.077	Receita Líquida Operacional
(+/-) Aumento/Diminuição de Consórcios	0	0	86.055.916
(+/-) Conta de Clientes	-2.085.038	8.366.010	(-) Custos Operacionais
(+/-) Depósitos e Cauções	29.848	2.679	Lucro Bruto Operacional
(+/-) Impostos e Contribuições Antecipados	-539.712	857.593	28.564.242
(+/-) Outros Créditos	-9.922.958	-4.685.809	(-) Depreciações
(+/-) Forneceadores	-1.250.125	1.909.475	(-) Despesas Operacionais
(+/-) Obrigações Trabalhistas e Sociais	4.320.012	-3.523.738	(+) Outras Receitas
(+/-) Impostos e Contribuições	-3.753.368	2.393.416	+/- Resultado Operações Financeiras
(+/-) Estoques	4.059	48.230	Lucro Líquido Operacional
2 - Das Atividades de Investimentos	3.431.224	3.283.692	24.556.257
(-) Aumento do Ativo Não Circulante	4.783.246	2.866.162	+/- Resultado Não Operacional
(+/-) Aquisição/Venda de Ativo Imobilizado	-1.958.203	279.387	Lucro Antes Provisões IMPE CONTR.
(+/-) Aquisição/Venda de Invest. Permanentes	606.181	138.143	24.749.210
3 - Das Atividades de Financiamentos	-4.672.544	-4.795.181	Impostos e Contribuições Federais
(+/-) Aumento/diminuição de Empréstimos	104.433	178.036	18.189.342
(-) Diminuição de Outros Débitos	207.022	-211.517	Lucro Líquido do Exercício
(-) Dividendos Pagos aos Acionistas	-4.984.000	-4.762.000	1.718.383
(+) Subscrição de Novas Ações	300	300	DEMONSTRAÇÃO RESULTADO ABRANGENTE
4 - Aumento/Diminuição nas Disponibilidades	6.721.141	7.467.354	31/12/2023
Caixa e Equivalente de caixa no início do período	19.975.896	12.508.542	18.189.342
Caixa e Equivalente de caixa no fim do período	26.697.036	19.975.896	17.967.872
			2.510.460
NOTAS EXPLICATIVAS			
1 - Contexto Operacional - GCT Gerenciamento e Controle de Trânsito S/A, constituída em 15/06/1996 sob o registro JUCEMG nº 313.0010021-9, com sede em Contagem-MG, à Rua Unai, 190, bairro Industrial, CEP 32222-350 tem por objeto social principal, Prestação de Serviços Eletrônicos de Controle de Peso, Velocidade e Avanço de Sinal. 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis em 31/12/2023, foram elaboradas em conformidade com a legislação em vigor e estão sendo apresentadas de forma comparativa com as do exercício findo em 31/12/2022 e, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos e aplicados de maneira consistente com o exercício financeiro anterior. 3 - Sumário das Práticas Contábeis Relevantes - a) Movimentações bancárias e aplicações, encontram-se confrontados c/extratos bancários. b) A conta Caixa representa 1,6442% das disponibilidades, sendo pois, irrelevante no contexto operacional. c) Apuração do resultado. O resultado é apurado pelo regime contábil da competência de exercícios e está demonstrado de acordo com balanço elaborado em 31/12/2023. d) Investimentos - Os investimentos estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. e) Imobilizado demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/95. 4 - Capital Social - O capital, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 30.030.000 sendo: 29.830.000 Ordinárias e 200.000 Preferenciais, todas sem valor nominal. Pedro de Freitas Fenelon - Diretor; Carv Cont Serv. Contábeis Ltda.ME - CRCMG 7741; Edilson Julio de Carvalho - TCCRCMG 22842.			
para elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. A presente opinião não contém modificação a este assunto. Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GCT - Gerenciamento e Controle de Trânsito S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
Dirceu Noronha - Contador CRC-MG 13016/0-9			

Publicidade Legal Digital - 13 de Abril de 2024 pdf

Código do documento 1913547a-e321-4969-8921-2bffd360c1c1



Assinaturas



SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484
Certificado Digital
poliana.helena@otempo.com.br
Assinou

Eventos do documento

12 Apr 2024, 18:13:15

Documento 1913547a-e321-4969-8921-2bffd360c1c1 **criado** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email:poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-12T18:13:15-03:00

12 Apr 2024, 18:13:54

Assinaturas **iniciadas** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-12T18:13:54-03:00

12 Apr 2024, 18:14:24

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484 **Assinou**
Email: poliana.helena@otempo.com.br. IP: 187.94.66.171 (187-94-66-171.centurytelecom.net.br porta: 17684).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=Autoridade
Certificadora SERPRORFBv5,OU=A1,CN=SEMPRE EDITORA LTDA:26198515000484. - DATE_ATOM:
2024-04-12T18:14:24-03:00

Hash do documento original

(SHA256):fbc08db0cd24d46ee3b34bc897ad9cfee3077b2077209494fa0af50dfe73b48a

(SHA512):a6d62c3a7cd40597773c723b393a75a49d1cda753ffbf42510f6d890bd9f530a850a64eed0f852dfab10afe6b6ef4be2caf79fd2b647333672828dae149bb19c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign